

Comissão avalia quebra de sigilo

A Comissão de Inquérito Administrativo criada para apurar denúncias contra o secretário particular do governador Roriz, Fábio Simão, se adiantou às resoluções da CPI do Orçamento e já solicitou ao senador Jarbas Passarinho (PPR-PA) cópia dos resultados obtidos com a quebra de sigilo bancário do acusado. A CPI do Orçamento ainda não decidiu formalmente pela quebra de sigilo das contas de Simão. Uma investigação preliminar da Secretaria de Segurança Pública do DF apontou "indícios de tráfico de influência e recebimento de propina" pelo secretário particular, que está afastado do cargo desde segunda-feira passada.

Ontem, os integrantes da Comissão de Inquérito decidiram soli-

citar ao Gabinete do governador anotações funcionais sobre Fábio Simão, durante o período em que este exerceu a função de secretário particular de Roriz. O Gabinete terá de informar a evolução salarial e outros dados sobre a "vida funcional de Simão". Também foi solicitada ao Detran informação sobre a existência de veículos registrados no nome de Fábio Simão. E aos cartórios, informações sobre a existência de imóveis pertencentes ao acusado, no território do Distrito Federal.

De acordo com o presidente da Comissão de Inquérito Administrativo, Alfredo Henrique Brandão, procurador-geral do DF, nesta fase serão solicitados os documentos. "Se por acaso, houver imóvel re-

gistrado em nome de terceiros será motivo de outras investigações, numa fase posterior", explicou. Brandão avalia que os trabalhos da Comissão "estão evoluindo satisfatoriamente".

Gravação — O trabalho da Comissão vai iniciar pela análise das fitas que contêm gravações de conversas entre Fábio Simão e o empresário Leonílson Salvador da Silva, dono da empresa de táxi aéreo Via Brasil.

Além do procurador-geral do DF, Alfredo Brandão, integram a Comissão de Inquérito Administrativo o delegado de polícia Marcos Antônio Silva e o diretor do Centro de Assistência Judiciária (Ceajur), Archimedes Machado Cunha.